— *O direito de recorrer é, em princípio, legítimo.*

— *Todavia, em caso de abuso com interposição e recurso manifestamente inadmissível ou intuito evidentemente protelatório, ocorre abuso do direito de recorrer.*

— *Cabe, neste caso, aplicação de multa, na forma do § 2º do art. 557 do CPC, introduzido pela Lei nº 9.756, de 17 de dezembro de 1998.*

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Ag. Reg. em Agravo de Instrumento nº 244.667

Agravante: Caixa Econômica Federal

Agravados: Angela Marcela da Cruz e outros

Relator: Sr. Ministro CELSO DE MELLO

PROCED.: MINAS GERAIS

RELATOR: MIN. CELSO DE MELLO

AGTE.: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — CEF

ADVDS.: NÍDIA QUINDERÉ CHAVES
BUZIN E OUTROS

AGDOS.: ANGELA MARCELA DA
CRUZ E OUTROS

ADVDA.: MARIA CRISTINA DE FILLI-
PO CARNEIRO

Decisão: Por unanimidade, a Turma negou provimento ao agravo regimental e impôs, à Caixa Econômica Federal, a multa de 5% sobre o valor da causa, devidamente atualizado. 2ª Turma, 09.11.99.

EMENTA: RECURSO DE AGRAVO —

RECURSO EXTRAORDINÁRIO *CORRE-TAMENTE* DENEGADO NA ORIGEM — *FGTS* — CORREÇÃO MONETÁRIA — MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL — HIPÓTESE DE OFENSA REFLEXA INADMISSIBILIDADE DO APELO EXTREMO — AGRAVO IMPROVIDO.

— O exame da matéria em debate — *correção monetária das contas vinculadas do FGTS* — reclama a necessária análise de diplomas normativos de caráter *infraconstitucional*. A alegada ofensa à Constituição, *aca-so existente*, apresentar-se-ia por via reflexa, por exigir — para efeito de seu reconhecimento — *confronto prévio* da legislação comum com o texto constitucional, circunstância esta que, por si só, basta para *inviabilizar* o conhecimento do recurso extraordinário. *Precedentes*.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA — QUESTÃO PREJUDICIAL DE CONSTITUCIONALIDADE — RECONHECIMENTO — DECISÃO QUE NÃO VINCULA O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

— A decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça — reconhecendo, na causa, a existência de uma questão prejudicial de constitucionalidade — *não vincula* o Supremo Tribunal Federal, a quem *compete* o monópólio da *última* palavra sobre esse tema.

PRINCÍPIO DA LEGALIDADE — OFENSA REFLEXA — INADMISSIBILIDADE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

— A alegação de ofensa ao princípio da legalidade *não basta*, só por si, para viabilizar o acesso à via recursal extraordinária. É que a interpretação judicial de normas legais — por situar-se e projetar-se no âmbito *infraconstitucional* — culmina por *exaurir-se* no plano estrito do contencioso de mera legalidade, *desautorizando*, em consequência, a utilização do apelo extremo. *Precedentes*.

O Supremo Tribunal Federal tem acentuado que o procedimento hermenêutico do Tribunal inferior — que, ao examinar o quadro normativo positivado pelo Estado, dele extrai a *interpretação* dos diversos diplomas legais que o compõem, para, *em razão* da inteligên-

cia e do sentido exegético que lhes der, obter os elementos necessários à exata composição da lide — *não* transgride, *diretamente*, o princípio da legalidade. *Precedentes*.

A INTERPRETAÇÃO DO ORDENAMENTO POSITIVO NÃO SE CONFUNDE COM O PROCESSO DE PRODUÇÃO NORMATIVA.

— O ordenamento normativo nada mais é senão a sua própria interpretação, *notadamente* quando a exegese das leis e da Constituição emanar do Poder Judiciário, cujos pronunciamentos qualificam-se pela nota da definitividade.

A *interpretação*, qualquer que seja o método hermenêutico utilizado, tem por objetivo definir o sentido e esclarecer o alcance de determinado preceito inscrito no ordenamento positivo do Estado, *não* se confundindo, por isso mesmo, com o ato estatal de produção normativa. *Em uma palavra*: o exercício de interpretação da Constituição e dos textos legais — por caracterizar *atividade típica* dos Juízes e Tribunais — *não importa* em usurpação das atribuições normativas dos demais Poderes da República. *Precedente*.

O DESACOLHIMENTO JUDICIAL DA PRETENSÃO JURÍDICA DEDUZIDA PELA PARTE NÃO CONSTITUI RECUSA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL.

— A decisão *contrária* ao interesse ou ao direito de quem *sucumbiu* em juízo *não caracteriza* ato denegatório da prestação jurisdicional devida pelo Estado. *Precedentes*.

A *falta de adequado* exame das questões de fato e de direito, *quando ocorrente*, configurará nulidade de caráter formal, *não traduzindo*, contudo, recusa de jurisdição. *Precedente*.

DIREITO DE PETIÇÃO E DIREITO DE ACESSO AO PODER JUDICIÁRIO.

— O direito de petição, fundado no art. 5º, XXXIV a, da Constituição *não pode* ser invocado, *genericamente*, para *exonerar* qualquer dos sujeitos processuais do *dever* de observar as exigências que *condicionam* o exercício do *direito de ação*, pois, *tratando-se de*

controvérsia judicial, cumpre *respeitar* os pressupostos e os requisitos fixados pela legislação processual comum.

A mera invocação do direito de petição, por si só, *não* basta para assegurar à parte interessada o acolhimento da pretensão que deduziu em sede recursal. *Precedentes*.

MULTA E ABUSO DO DIREITO DE RECORRER.

— O abuso do direito de recorrer — por qualificar-se como prática *incompatível* com o postulado ético-jurídico da lealdade processual — constitui ato de litigância maliciosa

repelido pelo ordenamento positivo, *especialmente* nos casos em que a parte interpuser recurso manifestamente inadmissível ou infundado, *ou*, ainda, quando dele se utilizar com intuito evidentemente protelatório, hipóteses em que se *legitimará* a imposição de multa.

A multa a que se refere o art. 557, § 2º; do CPC possui inquestionável *função inibitória*, eis que visa a *impedir*, nas hipóteses referidas nesse preceito legal, o *abuso* processual e o exercício *irresponsável* do direito de recorrer, neutralizando, dessa maneira, a armação censurável do *improbus litigator*.